



Semana de esforço concentrado tem MP do Futebol e 16 projetos

Reforma política, pacto federativo e endurecimento da lei para menores estão na pauta desta semana que antecede o recesso parlamentar. Votações começam hoje

A renegotiação das dívidas dos clubes de futebol será a primeira das votações em Plenário, que começam hoje. Entre os projetos de reforma política, há mudança nas regras nas eleições proporcionais, restrição de acesso à

propaganda eleitoral, limitação na distribuição do Fundo Partidário e previsão de novas eleições no caso de perda de mandato. Pacto federativo, Estatuto da Criança e do Adolescente e reajuste para o Ministério Público da União também estão na ordem do dia. **3**

Renan Calheiros pretende liberar a pauta com votação sobre a MP do Futebol, para o Plenário avançar no exame de propostas sobre reforma política e pacto federativo



Jonas Pereira/Agência Senado

Renan Amis/Goib. Senador Ana



A senadora Ana Amélia fala durante a audiência pública sobre o leite, realizada em Ijuí (RS)

Produtor de leite diz que legislação dificulta crescimento do setor

A Comissão de Agricultura fez uma audiência pública no Rio Grande do Sul para discutir os gargalos da produção leiteira no Brasil. Os debatedores disseram que a Lei de Falências permite que

empresários do setor de laticínios peçam falência ou recuperação judicial e fiquem livres de pagar o que devem aos fornecedores de leite. Eles também cobraram mais pesquisas científicas no setor. **4**

Audidores da Receita apoiam nova política de aumento nos benefícios

Durante sessão especial em homenagem aos 65 anos da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal, representantes da categoria e senadores fizeram um apelo à presidente

Dilma Rousseff para que não haja veto ao texto aprovado pelo Senado, na semana passada, que estende a aposentados e pensionistas as regras atuais de reajuste do salário mínimo. **2**



Paulo Paim (3º à esq.) coordena a sessão especial com representantes dos auditores fiscais

Marcos Oliveira/Agência Senado

Ministro do Planejamento fala sobre "pedaladas" **4**

Mais de 3 mil emendas foram apresentadas à LDO de 2016 **2**

Audiência debate hoje direitos das pessoas com esclerose **4**

ACONTECEU NO SENADO

Regra para corrigir mínimo vale até 2019

O Senado aprovou semana passada a medida provisória que estende até 2019 a atual regra de

correção do salário mínimo, com emenda que aplica o modelo a aposentadorias e pensões. **4**



Em Plenário, aposentados comemoram a aprovação das novas regras

Jefferson Ruyly/Agência Senado



Gasto com impressões cai 80% após sistema ser terceirizado

Os gastos anuais do Senado com impressões caíram de R\$ 6,7 milhões para R\$ 1,6 milhão graças a terceirização e compartilhamento das máquinas. A Casa também reduziu o consumo de papel. **3**



Ana Volpe/Agência Senado

Audidores fiscais defendem reajuste a aposentados

O apelo para que Dilma não vete a medida, aprovada pelo Senado na quarta, foi reforçado pelos senadores em sessão especial para comemorar os 65 anos da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita

SENADORES E REPRESENTANTES de auditores fiscais e aposentados apelaram à presidente Dilma Rousseff, na sexta-feira, para que ela não vete o dispositivo que estende a política de reajuste do salário mínimo aos aposentados e pensionistas. A regra consta da MP 672/2015, aprovada pelo Senado na quarta-feira e encaminhada à sanção.

O apelo foi feito em sessão especial no Plenário em homenagem à Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (Anfip) pelos seus 65 anos, iniciativa de Paulo Paim (PT-RS).

O senador cobrou o aperfeiçoamento das políticas de proteção social e disse que o Brasil avançou em democracia, distribuição de renda e inclusão social nos últimos 50 anos.

— Não mexam e parem de desviar o dinheiro da Previdência, que assim nós teremos muito mais dinheiro para a assistência social, a saúde, a previdência e para pagar salário decente aos aposentados.

A presidente da Anfip, Margarida Araújo, garantiu que a Previdência não se encontra deficitária, com superávit de R\$ 54 bilhões em 2014.

— Há recursos na Previdência. O modelo de reajuste das



Plenário celebrou associação, que tem mais de 70 milhões de filiados no país

aposentadorias é absurdo e pune qualquer trabalhador que recebe mais de um salário mínimo — disse.

Margarida cobrou a aprovação de projetos de interesse da Anfip, todos em tramitação na Câmara, como a PEC 555/2006, que acaba com a cobrança previdenciária de servidores inativos, e a PEC 391/2014, que fixa a política remuneratória dos auditores fiscais.

Telmário Mota (PDT-RR) destacou a atuação da Anfip e disse que os auditores fiscais são fundamentais para o combate à corrupção.

— Um país forte tem que começar necessariamente por uma Receita forte.

O representante da Previdência Social, Benedito Adalberto Brunca, destacou que a associação é uma das mais fortes do país, hoje com 70 milhões de filiados. João Florêncio Pimenta, da Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas (Cobap), pediu a valorização dos aposentados, que, disse, já acumulam perdas desde 1994.

Também participaram da sessão a presidente da Fundação Anfip de Seguridade Social, Aurora Miranda Borges; o presidente do Movimento dos Servidores Públicos Aposentados e Pensionistas, Edison Guilherme; e o coordenador do Conselho de Representantes da Anfip, Ademar Borges.

LDO recebe mais de 3 mil emendas em comissões

O projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2016 recebeu 3.027 propostas de emenda, cujo prazo para apresentação acabou na noite de quinta-feira. As emendas de texto, que se referem à parte normativa da proposta, totalizaram 2.297.

O restante das sugestões (730) foi direcionado ao Anexo de Metas e Prioridades, um adendo ao projeto que elenca as ações prioritárias para 2016, de acordo com deputados e senadores. São projetos localizados nos estados dos parlamentares, que devem

ter recursos reservados na proposta orçamentária do próximo ano. Pelo relatório preliminar, deputados, senadores, comissões das duas Casas do Congresso e bancadas estaduais poderiam apresentar até três emendas ao anexo.

As emendas estão sendo analisadas pelo relator do projeto da LDO (PLN 1/2015), deputado Ricardo Teobaldo (PTB-PE), que deve entregar o relatório final hoje.

A presidente da Comissão Mista de Orçamento (CMO), senadora Rose de Freitas (PMDB-ES), garantiu que o

projeto da LDO estará pronto para ser votado amanhã, tanto na comissão como no Congresso. A próxima reunião da CMO está marcada para as 11h de amanhã. O Congresso tem sessão convocada para as 11h de quarta-feira. Antes da LDO, porém, os parlamentares terão de analisar 12 vetos presidenciais em pauta.

Segundo a senadora, em um momento de crise fiscal e econômica, a construção do Orçamento ganha importância e torna-se estratégica, ao estabelecer os gastos prioritários e urgentes.

Lei de proteção da infância e da adolescência faz 25 anos hoje

O Estatuto da Criança e do Adolescente completa hoje 25 anos. O ECA é uma espécie de filhote do Código de Menores de 1927, lei que foi tema de uma reportagem do **Jornal do Senado** na terça-feira passa-

da. Fernando Collor (PTB-AL) deve fazer um discurso hoje sobre o ECA, que foi instituído em seu governo, em 1990.

Entenda o Código de Menores de 1927: <http://bit.ly/arquivoSjul2015>

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



SEGUNDA

CDH Doenças degenerativas

9h Debate sobre direitos das pessoas com doenças neuromusculares e degenerativas.

AERONÁUTICA Atualização

10h A comissão que atualiza o Código Brasileiro de Aeronáutica se reúne.

PLENÁRIO Sessão deliberativa

14h Pauta trancada pela MP do Futebol.

REFORMA POLÍTICA Seis projetos

14h30 A Comissão de Reforma Política analisa mais seis propostas.

CI Duplicação de rodovias

15h Audiência pública para debater a duplicação da rodovia BR-080.

PRESIDÊNCIA Dirigentes do futebol

15h Renan recebe presidentes de clubes de futebol. Às 16h, preside a ordem do dia.

CAE Ministro do Planejamento

9h Sabatina para a CVM. Às 10h, audiência com Nelson Barbosa sobre contas públicas.

CCT Tecnologias de informação

9h Audiência sobre obstáculos ao desenvolvimento de tecnologias de informação.

CMA Cerrado

9h30 Na pauta, projeto que institui política de desenvolvimento do Cerrado.

CDH Saúde e terceirização

10h Audiência pública interativa para debater saúde e terceirização.

CMO Lei de Diretrizes Orçamentárias

10h Reunião do colegiado de líderes. Às 11h, pode ser votado o projeto da LDO.

VIOLÊNCIA CONTRA MULHER Reunião

14h A Comissão de Combate à Violência contra a Mulher aprecia plano de trabalho.

ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA Debate

14h30 Audiência sobre reforma da legislação de inteligência.

CRE Dois embaixadores

14h30 Sabatina de embaixadores para o Iraque e a China e a Mongólia.

CI Concessão de portos

8h30 Audiência sobre concessão de portos com o ministro da área, Edinho Araújo.

CAS Audiência pública

9h Audiência sobre projeto que permite reduzir intervalo de descanso do empregado.

CCT Telefonia móvel

9h Audiência para debater a má qualidade dos serviços de telefonia móvel no Brasil.

CCJ Presos

10h Sabatina para o CNJ. Depois, análise de texto que altera o Código de Processo Penal.

MERCOSUL Orçamento

10h O Parlamento do Mercosul tem reunião para discutir proposta orçamentária.

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO Posse

10h30 Conselho de Comunicação Social se reúne para a posse dos conselheiros.

CONGRESSO Sessão deliberativa

11h Na pauta, projeto que amplia relatorias do Orçamento e os Vetos 5 a 16, de 2015.

CE Permanência universitária

14h Análise do projeto que institui o Programa de Permanência Universitária.

MERCOSUL Reunião do Parlasul

15h Reunião com presidentes das representações nacionais e vice-presidentes.

CRE Amazônia

10h Audiência sobre questões da Amazônia, como controle de fronteiras.

QUARTA

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>



Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>



AUDIÊNCIAS INTERATIVAS

Participe: <http://bit.ly/audienciainterativa> • Alô Senado: 0800 612211

Acompanhe: • Portal e-Cidadania: senado.leg.br/ecidadania

• Facebook: [senadofederal](https://www.facebook.com/senadofederal) • Twitter: [@agencia_senado](https://twitter.com/agencia_senado) • TV: senado.leg.br/TV

TV SENADO

A TV Senado transmite, a partir das 9h, **audiência da Comissão de Direitos Humanos**. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros

Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana

Segundo-vice-presidente: Romero Jucá

Primeiro-secretário: Vicentinho Alves

Segundo-secretário: Zeze Perrella

Terceiro-secretário: Gladson Cameli

Quarta-secretária: Ângela Portela

Suplentes de secretário:

Sérgio Petecão, João Alberto Souza,

Elmano Férrer e Douglas Cintra

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira

Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Virgínia Malheiros Galvez

Diretora-adjunta: Edna de Souza Carvalho

Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Ricardo Icassatti Hermano

Diretor-adjunto: Flávio Faria

Coordenação de Cobertura: Rodrigo Chia

Serviço de Fotografia: Leonardo Alves Sá

Serviço de Portal de Notícias: Mikhail Lopes

Coordenação de Edição: Sílvio Burle

Coordenação de Multimídia: James Gama

Site: www.senado.leg.br/noticias

JORNAL DO SENADO

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição e revisão: Cíntia Sasse, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer, Ricardo Westin e Tatiana Beltrão

Diagramação: Beto Alvim, Ronaldo Alves e Wesley Moura

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Pauta inclui reforma política e pacto federativo

Semana de esforço concentrado começa com análise da MP do Futebol. Lista de projetos tem outros 16 itens, como mudanças no Estatuto da Criança e do Adolescente

A PAUTA DO Senado começa a semana trancada pela MP 671/2015, que trata da renegociação das dívidas dos clubes de futebol. Além da MP, 16 propostas estão na pauta da semana de esforço concentrado, com votações a partir de hoje. Várias tratam da reforma política. Há ainda propostas relacionadas com o pacto federativo, o Estatuto da Criança e do Adolescente e reajustes para carreiras de servidores, entre outras.

— Nós vamos, na próxima semana [nesta], avançar na pauta do pacto federativo, da reforma política e apreciar as matérias que estão na nossa ordem do dia — disse o presidente do Senado, Renan Calheiros.

Primeiro item da pauta, a medida provisória vincula o parcelamento de dívidas dos clubes desportivos com a União a práticas de gestão mais transparentes. O prazo para votação da MP se encerra em 17 de julho.

O primeiro texto referente à reforma política é o Projeto de Lei do Senado

(PLS) 430/2015, que altera regras da distribuição de cadeiras entre os partidos nas eleições proporcionais (vereadores e deputados estaduais, federais e distritais).

O PLS 440/2015 restringe o acesso de partidos sem representação legislativa à propaganda eleitoral gratuita no rádio e na televisão. Assim, apenas partidos que elegerem pelo menos um parlamentar federal teriam tempo para radiodifusão de programas.

O PLS 441/2015 limita a distribuição dos recursos do Fundo Partidário e o tempo destinado aos partidos para programas no rádio e na TV às agremiações que possuam diretórios permanentes em 10% dos municípios (557), distribuídos em pelo menos 14 estados. Já o PLS 442/2015 prevê novas eleições no caso de perda de mandato em cargos majoritários.

O PLS 199/2015 — Complementar regula a criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de municípios. É



Renan quer limpar a ordem do dia, que tem reajuste para servidores do Ministério Público

a terceira tentativa de regulamentação do tema no Senado depois que dois textos foram vetados integralmente em 2013 e 2014. O PLS 199 resgata quase todo o conteúdo do PLS 104/2014, vetado por Dilma em agosto. Reúne critérios de viabilidade, exigências de população mínima e regras para a apresentação de proposta de fusão ou desmembramento de municípios às assembleias estaduais e de realização de plebiscito.

A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 78/2013, que retoma a destinação preferencial de recursos federais a projetos de irrigação nas Regiões Nordeste e Centro-Oeste, se aprovada, ainda precisará passar por mais três sessões de discussão antes de ser aprovada em segundo turno.

Também na pauta está o PLS 333/2015, que pode aumentar o tempo de internação de menores infratores para até oito anos. O texto cria um regime especial de atendimento socioeducativo dentro do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), a ser aplicado a menores que praticarem, mediante violência ou grave ameaça, conduta prevista na Lei de Crimes Hediondos (Lei 8.072/1990). O texto, no entanto, não deve ser votado. Como não há acordo, é provável que volte a ser discutido nas comissões do Senado.

Outro projeto que pode ser votado é o PLC 41/2015, sobre reajuste para o Ministério Público da União.

Acir Gurgacz comemora elaboração da LDO 2016

Acir Gurgacz (PDT-RO) comemorou a elaboração, dentro do prazo regimental, do projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2016. A votação pela Comissão Mista de Orçamento (CMO) está agendada para amanhã. O PLN 1/2015 precisa ser votado até 17 de julho para que o Congresso possa entrar em recesso, conforme a Constituição.

— O cumprimento dos prazos é sempre um compromisso que devemos honrar e ter atenção especial, ainda mais nesse momento de ajuste fiscal que o Brasil enfrenta, em que a construção do Orçamento ganha importância e torna-se estratégica — afirmou.



Telmário Mota quer Mercosul fortalecido

Telmário Mota (PDT-RR) lembrou os avanços conquistados nos 24 anos de funcionamento do Mercosul e a importância histórica do grupo. O parlamentar defendeu o fortalecimento do bloco por meio da ampliação das parcerias.

— Falo em prol de um Mercosul mais consolidado, mais forte, com sua própria identidade, que possa aglutinar os países não só pelo aspecto comercial, não só pelo aspecto mercantil, mas, muito mais do que isso, que se avancem os entendimentos, que se quebrem todas as barreiras, que se construa uma parceria sólida forte, para o bem da América do Sul — enfatizou.



Elmano saúda 18 anos do Programa Interlegis

Elmano Férrer (PTB-PI) parabenizou o trabalho desenvolvido pelo Programa Interlegis, criado pelo Senado em 1997.

— O Programa Interlegis comemora, neste ano, 18 anos. Assim, eu não poderia deixar de parabenizar toda a equipe do Interlegis por esse valioso trabalho, que, pelo que pude sentir, se configura na verdadeira política de Estado, tendo à frente o Senado da República — disse.

Idealizado para beneficiar câmaras municipais e assembleias legislativas, o programa oferece consultorias, oficina, cursos para capacitação de servidores e transferência de tecnologias.



Paim rejeita PEC sobre sistema de precatórios

Paulo Paim (PT-RS) manifestou preocupação com a PEC 74/2015, que muda a sistemática de pagamento de precatórios. Segundo o senador, ao reabrir uma questão já solucionada pelo Supremo Tribunal Federal, que definiu um sistema de pagamento depois que parte da emenda originada da PEC dos Precatórios foi considerada inconstitucional, o Legislativo pode estar cometendo um equívoco.

— Meu receio é de que estejamos repetindo erros do passado e desperdiçando a chance de resolver, de uma vez por todas, essa questão — disse.

A proposta, em análise na Câmara, autoriza, entre outros itens, a liberação de depósitos judiciais em favor do governo de modo que a verba seja empregada na quitação de precatórios.

Terceirização de impressoras gera economia de R\$ 5,1 mi por ano

A implantação do sistema de *outsourcing* (terceirização) do parque de impressoras, em 2014, trouxe benefícios para o Senado, comprovados pelas estatísticas.

Antes da incorporação do modelo, até 2013, os gastos anuais chegavam a R\$ 6,7 milhões; agora, caíram para R\$ 1,6 milhão, o que representa economia de R\$ 5,1 milhões, equivalente ao percentual de 79,9%.

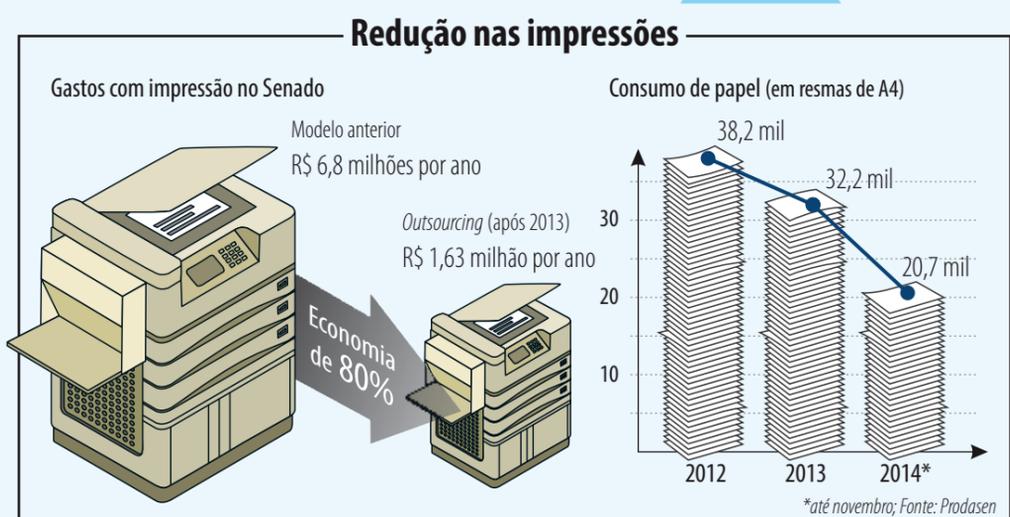
O número de impressoras da Casa também diminuiu de 1,8 mil para 1.260. Além disso, a forma de utilização do equipamento passou a ser compartilhado. É o que explica Marcelo Martins Teixeira, do Serviço de Atendimento Remoto e Presencial, do Prodasen.

— Antes, boa parte dos servidores tinha a impressora do lado da mesa, hoje, você tem uma impressora maior, com mais capacidade de impressão, servindo a mais pessoas — afirmou.

De acordo com Teixeira, os contratos antigos de manutenção e de contratação de insumos caíram de oito para dois.

— O que muda, essencialmente, é que as máquinas eram nossas e tínhamos que garantir a manutenção delas. Hoje, contratamos um serviço de impressão e pagamos somente por página impressa — disse.

Os índices de redução também são encontrados no total de resmas de papel utilizada pelo Senado. Com o



outsourcing, houve economia de, em média, 1,5 resma por mês. Convertido em árvores derrubadas, o quantitativo é de 780 troncos poupados anualmente. Em 2012, foram consumidas mais de 38 mil

resmas de papel A4, número que caiu para 32 mil em 2013. Em 2014, o consumo ficou em 20,7 mil (até novembro). — Se esse consumo fosse convertido em árvore, em 2012, foram 158 derrubadas.

No ano passado, baixamos para 93 — salientou, ressaltando que todas as máquinas são configuradas para impressão monocromática, cujo custo é seis vezes mais baixo do que o modo colorido.

Produtores de leite pedem mudança na Lei de Falências

Participantes da audiência, realizada no Rio Grande do Sul, disseram que empresas de laticínio que dão o calote nos produtores rurais acabam, por causa das brechas na lei, escapando das punições

OS DEBATEDORES PRESENTES na audiência pública de sexta-feira da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) destacaram a importância de produtores, indústria e governo trabalharem juntos no incentivo da produção de leite no Rio Grande do Sul e em todo o Brasil. A audiência foi em Ijuí (RS).

A sanção da medida que prevê a isenção de PIS-Pasep e da Cofins sobre o óleo diesel, uma campanha para aumento do consumo interno e da exportação, o financiamento com juros compatíveis e subsídios para que produtores melhorem sua infraestrutura e a mudança da Lei das Falências foram algumas medidas destacadas pelos especialistas como importantes para evolução da cadeia produtiva do leite.

Segundo os debatedores, a Lei das Falências acoberta

empresários que pedem falência ou recuperação judicial e deixam de pagar produtores que entregaram o leite.

— Aachamos importantíssimo que os senadores e o governo federal revisem e adaptem a legislação da falência das empresas para que produtores não continuem penalizados e sejam restituídos dos recursos a que têm direito pela entrega do leite — pediu o prefeito de Ijuí, Fioravante Ballin.

O apoio à pesquisa e inovação foi outro ponto destacado pelos participantes como fundamental para o impulso do mercado do leite. O prefeito destacou a necessidade de ser implantado um laboratório de produtos lácteos na região para impulsionar novas tecnologias.

O chefe-geral da Embrapa Gado de Leite, Paulo do Carmo Martins, afirmou que, em relação à pesquisa no

setor, a Embrapa tem uma rede de unidades dispostas a trabalhar com universidades e órgãos de pesquisa.

Segundo o vice-presidente do Sindicato da Indústria de Laticínios e Produtos Derivados do Rio Grande do Sul, Guilherme Portella, o Brasil já é o quarto maior produtor mundial de leite, mas ainda precisa melhorar o consumo interno, que não acompanha a velocidade da produção.

O secretário de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo do Ministério da Agricultura, Caio Rocha, afirmou que a pasta vem trabalhando pelo aumento das exportações e competitividade do produto e na melhoria de políticas públicas para aumentarem a produção e a renda do produtor.

A audiência pública foi realizada por sugestão de Ana Amélia (PP-RS), presidente do colegiado.



A senadora Ana Amélia conduz a audiência pública em Ijuí (RS) sobre os desafios da produção leiteira no Brasil

Barbosa explica amanhã “pedaladas fiscais”

Em audiência amanhã na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) o ministro do Planejamento, Nelson Barbosa, e o advogado-geral da União, Luís Inácio Adams, deverão prestar informações sobre as “pedaladas fiscais”.

A expressão é usada para designar os artifícios contábeis utilizados pelo Executivo para melhorar as contas públicas em 2014. A audiência foi proposta por Acir Gurgacz (PDT-RO).

Gurgacz considerou de “extrema importância” o comparecimento dessas autoridades para esclarecer os repasses do Tesouro Nacional ao Banco do Brasil, à Caixa e ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). O senador pediu também a participação na audiência do presidente do Tribunal de Contas da União (TCU), Aroldo Cedraz, que não poderá comparecer.

O problema foi detectado pelo TCU no exame das contas do governo referentes a 2014. Conforme o tribunal, ao adiar repasses para os bancos, o Tesouro Nacional obrigou esses bancos públicos a usarem recursos próprios para honrar despesas que eram da União. Essa ação configuraria empréstimo das instituições a seu controlador — no caso, a União —, o que é proibido por lei.

Tipo de esclerose é tema de audiência hoje

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) fará audiência pública hoje para debater os direitos das pessoas com esclerose lateral amiotrófica (ELA), doenças neuromusculares e degenerativas do sistema nervoso. A falta de garantia de atendimento, as dificuldades de acesso à aposentadoria por invalidez e as perspectivas de tratamentos em desenvolvimento por pesquisadores brasileiros serão alguns dos temas que estarão em debate.

Para o encontro, proposto por João Capiberibe (PSB-AP), foram convidados o diretor do Departamento de Políticas de Saúde e Segurança Ocupacional do Ministério da Previdência Social, Marco Antonio Gomes Pérez; a presidente da Associação de Familiares, Amigos e Portadores de Doenças Graves, Maria Cecília Oliveira; o representante da Associação Lutando contra a ELA, Sthanley Abdão; e o presidente do Movimento em Defesa dos Direitos das Pessoas com ELA, Antonio Jorge de Melo.

O Ministério da Saúde, a USP e a Comissão de Ética em Pesquisa também devem enviar representantes para o debate. A reunião será na sala 2 da Ala Nilo Coelho, a partir das 9h.

Veja na pág. 2 como acompanhar a audiência e participar

ACONTECEU NO SENADO



Renan preside sessão que aprovou manutenção das regras de reajuste

Reajuste do salário mínimo terá mesma regra até 2019

Regras atuais foram aprovadas com emenda da Câmara que estende regra para benefícios do INSS

■ O Plenário do Senado aprovou na quarta-feira duas medidas provisórias. A MP 672/2015, que mantém as atuais regras de reajuste do salário mínimo para o período de 2016 a 2019, foi aprovada com a extensão dos reajustes aos benefícios de va-

lor superior a um salário mínimo pagos pela Previdência Social. Já a MP 673/2015 isenta de licenciamento e de emplacamento as máquinas agrícolas e os veículos usados para puxar essas máquinas. Os dois textos seguiram para a sanção.

REFORMA POLÍTICA TEM CINCO NOVAS PROPOSTAS

■ A Comissão de Reforma Política, presidida por Jorge Viana (PT-AC), aprovou restrição de partidos sem representação à propaganda eleitoral gratuita, limite à distribuição do Fundo Partidário, regras de nulidade de votação, barateamento de campanhas e cotas para mulheres no Legislativo.

COMISSÃO VAI ANALISAR PROJETO SOBRE PRÉ-SAL

■ Na quarta-feira, o Plenário decidiu criar uma comissão especial para debater o projeto (PLS 131/2015) de José Serra (PSDB-SP) que revoga a participação obrigatória da Petrobras no modelo de partilha de produção de petróleo no pré-sal. A comissão, com 27 integrantes, funcionará por 45 dias.



PACTO FEDERATIVO DEBATE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

■ Em debate na Comissão de Aprimoramento do Pacto Federativo, quarta-feira, a economista Tânia Bacelar defendeu mais investimento em infraestrutura para reduzir desigualdades re-

gionais. Já a representante do Ministério do Planejamento, Márcia Quadrado, pediu mais tempo para o governo analisar projeto que cria a Política Nacional de Desenvolvimento Regional.

VAI À SANÇÃO PROPOSTA DE COMBATE À DESERTIFICAÇÃO

■ A Comissão de Meio Ambiente aprovou, na terça-feira, proposta que cria a Política Nacional de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca. No dia seguinte, o Plenário do Senado também aprovou a proposta, que seguiu para sanção presidencial.

SAQUE DO FGTS VALE PARA CASOS DE DOENÇA GRAVE

■ Foi aprovado pela Comissão de Assuntos Sociais na quarta-feira, em votação final, o PLS 198/2014, que autoriza saque do saldo do FGTS para casos de doença grave. Não havendo recurso para reexame em Plenário, o projeto segue diretamente para votação na Câmara dos Deputados.